

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
'MUNDO' RURAL E PATRIMÓNIO

Documentação Dionisina de Trás-os-Montes:
Contributos para o seu Conhecimento

Maria Olinda Rodrigues Santana
Departamento de Letras – UTAD

1. Apresentação de um projecto

Nesta comunicação terei apenas oportunidade de apresentar um projecto de trabalho e de fazer a inventariação da documentação foraleira dionisina a editar e estudar lexicalmente em etapas posteriores.

O projecto que me proponho desenvolver terá como finalidade última a construção de um dicionário histórico da documentação foraleira outorgada pela coroa à zona geográfica, tradicionalmente, designada por região de Trás-os-Montes. A elaboração desse dicionário passará, em primeiro lugar, pelo arrolamento e compilação de *corpora* de documentação foraleira medieval e moderna de Trás-os-Montes. A feitura de um dicionário diacrónico ou histórico tem, quando não existem *corpora* compilados e editados - a situação da documentação foraleira medieval transmontana - que se iniciar necessariamente pela inventariação, compilação e edição da documentação, ou seja, partir quase do zero. É por demais conhecida a falta de dicionários dos diferentes estados da língua portuguesa, já para não referir a inexistência de um dicionário histórico do português. Constatando-se uma lacuna relativamente a tratamentos lexicográficos de *corpora* do período medieval. Na realidade, como observa Rosa Virgínia Mattos e Silva “Da mesma forma que não se possui uma gramática do português arcaico, a língua portuguesa não dispõe de um dicionário desse período. Para estudar o léxico de então, há fontes genéricas como os dicionários etimológicos, cujo objetivo fundamental é apresentar a origem das palavras, mas não seu percurso ao longo da história da língua.”¹

Para conhecer o percurso histórico do vocabulário dos forais antigos e novos de Trás-os-Montes, será preciso empreender uma pesquisa escalonada.

Assim, numa primeira etapa, será, absolutamente, necessário inventariar toda a documentação foraleira outorgada pelo poder régio a Trás-os-Montes, desde os

¹ SILVA, Rosa Virgínia Mattos e - **O Português Arcaico Fonologia**. S. Paulo/Bahia: Contexto/Editora Universidade Federal da Bahia, 1991, p. 45.

primórdios da nacionalidade até ao reinado de D. Afonso IV. Após o governo deste rei poucos foram os diplomas concedidos ou confirmados a terras transmontanas².

Numa segunda fase, será conveniente proceder à edição parapaleográfica da documentação, uma vez que a maior parte da documentação não teve ainda uma edição rigorosa e fiel.

Num terceiro momento, é importante executar uma análise estatístico-lexical³ da documentação foraleira medieval para, por fim, aceder às massas lexicais que fornecerão a evolução semântica dos vocábulos tratados nos artigos do dicionário da documentação foraleira de Trás-os-Montes.

Relativamente às fontes foraleiras medievais, a inventariação, a edição parapaleográfica e o estudo estatístico-lexical estão quase na totalidade por fazer. Quanto às fontes modernas, já foi executada a inventariação, a edição e o tratamento estatístico-lexical das fontes foraleiras manuelinas de Trás-os-Montes⁴. Portanto, neste momento, falta tratar a documentação foraleira medieval. O trabalho proposto poderia começar pela inventariação, edição e estudo da documentação mais antiga (Fernando I de Castela⁵) até à documentação foraleira manuelina, no entanto, optei, num primeiro momento, por arrolar a documentação foraleira dionisina, pelo simples facto desta documentação se encontrar quase na totalidade escrita em português, o que não acontece com a documentação exarada nos anteriores reinados, registada em "latim tabeliônico". Num segundo momento, procederei à edição parapaleográfica e ao estudo estatístico-lexical da mencionada documentação.

A razão da escolha do período dionisino também se ficou a dever a alguns desafios lançados por José Marques, autor que várias vezes chamou a atenção dos estudiosos para a necessidade de recolher a documentação foraleira medieval (aforamentos colectivos, cartas de povoamento, forais), em geral, e também para a necessidade de proceder à edição da Chancelaria de D. Dinis e à elaboração de um "corpus constituído pelas cartas de povoamento e pelos forais" outorgados pelo citado monarca.

² D. Pedro confirma o foral de Vilarinho da Castanheira, D. Fernando confirma o da vila de Moncorvo e D. João I outorga um foral a Santa Maria do Azinhoso.

³ Para realizar a análise estatístico-lexical utilizarei do programa Stalex. CAMLONG, André - **Stalex Pratique: indexation des textes, traitement statistique des lexiques, extraction des séquences, création des dictionnaires. Les huit contes de Ch. Perrault.** Toulouse. Teknea, 1991.

⁴ SANTANA, Maria Olinda Rodrigues - **Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes: edição, enquadramento histórico e análise estatístico-lexical.** Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1998 (mm.). 4 vols. Provas de Doutoramento Europeu em Linguística Portuguesa (UTAD-Toulouse-Le-Mirail).

⁵ Foral de Ansiães, Linhares [1055-1065].

Em 1983, José Marques, no artigo: “O povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII”⁶, afirmava que a inventariação da documentação foraleira medieval se revestia “do maior interesse não só para a História do Direito Português, com incidência directa na definição rigorosa da natureza e tipos das cartas, mas também para a história local, quer revelando com segurança os primórdios de muitas povoações, quer pondo termo a fantasias sem conta, de que andam inçadas muitas obras de carácter enciclopédico, donde constantemente transitam para inúmeras monografias.

Conjugando os dados fornecidos por este género de documentação com outras fontes, como forais, inquirições, simples contratos enfitêuticos, doações etc., poderemos ter uma visão mais exacta do crescimento económico e demográfico nos primeiros séculos da nossa Idade Média e dos mecanismos aglutinantes da população rural.”⁷

Em 1993, no artigo, “Os Municípios Portugueses dos Primórdios da Nacionalidade ao Fim do Reinado de D. Dinis. Alguns Aspectos”⁸, José Marques corrobora o repto lançado anteriormente declarando que seria vantajoso proceder à publicação da Chancelaria de D. Dinis, o que, aliás, ainda não foi concretizado até ao momento, e aborda a questão, atrás referida, da elaboração de um “*corpus* constituído pelas cartas de povoamento e pelos forais”⁹ outorgados por D. Dinis.

Três anos antes da publicação do segundo artigo citado de José Marques, Maria Rosa Ferreira Marreiros, na sua tese de doutoramento apresentada em 1990, já tinha efectuado um levantamento de aforamentos individuais, colectivos e forais dados, no reinado de D. Dinis, ao Norte Interior e, em particular, às áreas dos actuais distritos de Vila Real e Bragança¹⁰. O arrolamento da documentação foraleira dionisina foi fornecido por Rosa Marreiros, sem terem sido, no entanto, constituídos quadros sinópticos da documentação por localidade, apenas foram dados quadros sinópticos com os totais dos aforamentos e forais por distrito e também não foram constituídos *corpora* dos documentos para possíveis edição e tratamento lexical ou textual.

É para completar um trabalho iniciado, numa perspectiva histórica, mas que não foi continuado, nem numa posterior abordagem histórica nem em nenhum tratamento linguístico, que me proponho executar, para esta comunicação, a inventariação da

⁶ In Revista Estudos Transmontanos. Vila Real : Arquivo Distrital de Vila Real. 1(1983) 105-130.

⁷ Artigo citado, p. 115.

⁸ In Revista da Faculdade de Letras. História. Porto: Faculdade de Letras. II Série. Vol. X (1993) 69-90.

⁹ Artigo citado, p. 78.

¹⁰ Consulte-se o quadro incluído na obra da referida autora - Propriedade Fundiária e Rendas da Coroa no Reinado de D. Dinis. Coimbra: Faculdade de Letras, 1990. Vol. 1, p. 131.

documentação foraleira dionisina de Trás-os-Montes estribada na construção de quadros sinópticos dos documentos outorgados a cada localidade transmontana.

Concordo mais uma vez com José Marques, quando afirma, no artigo de 1993, que “o estudo do municipalismo medieval português só poderá ser compreendido, numa correcta integração e articulação com os mecanismos de povoamento, conduzidos pelos diversos agentes, e numa tentativa de leitura diacrónica dos factos devidamente faseados em planos sinópticos...”¹¹.

A abordagem diacrónica da concessão de aforamentos colectivos e forais a Trás-os-Montes passa, na verdade, pela construção de quadros sinópticos das referidas outorgas, seguida, como foi dito atrás, pela edição e pelo estudo lexical completo dos *corpora* concedidos pelos diferentes monarcas. As massas vocabulares dos *corpora*, estudados através da aplicação de uma metodologia estatístico-lexical, permitirão, numa fase posterior, a construção dos artigos de um dicionário histórico da documentação foraleira medieval e moderna de Trás-os-Montes.

Para atingir a última etapa do projecto, é imperioso, numa primeira fase do trabalho, compulsar a Chancelaria de D. Dinis e proceder à inventariação das fontes. Antes de mais, importa notar que a referida Chancelaria é composta por 6 Livros. Todavia, o Livro 5 não foi considerado no levantamento por não se tratar de um livro de registo, mas de um cartulário¹². Fixei, por conseguinte, a atenção no exame e levantamento das cartas de foro e forais dos Livros 1, 2, 3, 4 e 6. Servi-me do levantamento de Rosa Marreiros, corriji algumas imprecisões na indicação dos fólios da documentação e excluí do *corpus* os aforamentos individuais e de tipo desconhecido, encontrados pela mesma autora¹³.

2. A inventariação da documentação foraleira dionisina de Trás-os-Montes

Ao executar o arrolamento dos aforamentos colectivos e forais confirmados e outorgados à província ou comarca de Trás-os-Montes na época dionisina, pensei, num primeiro momento, em enquadrar os documentos das várias localidades nas

¹¹ Artigo citado, p. 74.

¹² COSTA, Avelino de Jesus da — A Chancelaria Real Portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438. *Revista da Faculdade de Letras História*. Porto: Universidade do Porto. II Série. Vol. XIII. (1996) 71-101, considera, na página 99, que o Livro 5 não é um Livro de registo, mas “um cartulário em que se transcreveram públicas-formas de documentos, passadas pelo tabelião de Lisboa Lourenço Anes, a pedido do vice-chanceler de D. Dinis Afonso Martins. As públicas-formas e as transcrições neste livro foram feitas não por autoridade do chanceler, mas ‘per autoridade ordihayra a mim dada do dicto bispo’, o de Lisboa, segundo se declara em todos os documentos”.

¹³ *Ob. cit.* Vol. 1, p. 131.

“terras”, “julgados” ou “termos”. Mas deparei, desde logo, com dificuldades em determinar com exactidão o perímetro geográfico da cada circunscrição, até porque, durante o reinado de D. Dinis, se deu uma “profunda reforma na administração territorial”¹⁴. Tornando-se, por conseguinte, difícil saber com precisão quais eram as localidades incluídas em cada julgado. A dificuldade de circunscrever com rigor os limites territoriais dos julgados medievais, levou-me a optar pela divisão actual de distrito. Assim, executei a inventariação da documentação tendo em conta os limites geográficos dos dois actuais distritos transmontanos (Vila Real e Bragança).

Num primeiro momento, seriei as cartas de foro, os forais¹⁵ e algumas cartas de sentença, quando estas estão relacionadas com a posse¹⁶ ou origem dos concelhos, num segundo momento, incluí os textos dados aos concelhos nos dois actuais distritos. Com esses dados, foram construídos os quadros sinópticos da concessão dionisina de forais e aforamentos colectivos aos lugares transmontanos.

2.1 Documentação foraleira outorgada no período dionisino (Vila Real)

Durante o reinado de D. Dinis, foram outorgadas inúmeras cartas de foro e forais aos lugares dos actuais concelhos de Alijó, Boticas, Chaves, Montalegre, Murça, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real¹⁷.

¹⁴ Maria Fernanda Maurício – **Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas**. Lisboa: Edições Colibri, 1997, refere que “Do reinado de D. Afonso III para o de D. Dinis verificam-se alterações assinaláveis: os Julgados passam de 31 para 29, desaparecendo os Julgados de Abreiro, Algos, Alijó, Marco de Canaveses, Mogadouro, Murça, Penarroias e St.^a Cruz de Vilariça; foram no entanto criados os Julgados de Fontes; Miranda, Pena Flor, Torre de D. Chama, Torre de Moncorvo e Vila Real. Os Julgados de Abreiro, Alijó e Murça são integrados no de Panoias, onde mais tarde se vai criar o de Vila Real. O de Marco de Canaveses, no de Bem Viver. Os de Algos, Mogadouro e Penarroias, no de Miranda, sendo o de St.^a Cruz de Vilariça substituído pelo de Pena Flor (...).

No Julgado de Bragança assiste-se a todo um processo de crescimento, estendendo-se agora pelo de Lamas de Orelhão”, p. 32.

¹⁵ Como é sabido, até aos começos do século XIV a expressão *carta de foro* surgia com frequência em vez da palavra *foral* para designar o mesmo tipo de diploma. Consulte-se António Matos REIS – **Origens dos Municípios Portugueses**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 296.

¹⁶ Lembre-se, a propósito, os conflitos entre D. Dinis e o Mosteiro de Castro de Avelãs ou ainda entre os concelhos de Montenegro e Chaves ou entre Torre Dona Chama e Mirandela.

¹⁷ A numeração dos quadros segue a ordem alfabética do nome do concelho.

2.1.1 Actual distrito de Vila Real

Quadro 1: Concelho de Alijó

Concelho de Alijó		
Data	Lugar	Fontes
Lisboa, 20 de Julho de 1284	Favaios	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, fl. 107 r.º e v.º.
Vila Viçosa, 14 de Dezembro de 1289	Cotas e Vilarinho (Favaios)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, fl. 267 v.º e 268 r.º.
Castelo Mendo, 29 de Abril de 1292	Vilarinho (Favaios)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. II, fl. 31 v.ºe 32 r.º

Quadro 2: Concelho de Boticas

Concelho de Boticas		
Data	Lugar	Fontes
Lisboa, 27 de Dezembro de 1288	Vilarinho (Barroso)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 245 r.º e v.º.
Lisboa, 28 de Dezembro de 1288	Mosteiró (Barroso)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 246 v.º e 247 r.º.
Lisboa, 25 de Dezembro de 1288	Sesergo (Barroso)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 246 r.º e v.º.
Lisboa, 25 de Dezembro de 1288	Carvalhelhos (Barroso)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 245 v.º 246 r.º
Lisboa, 27 de Dezembro de 1288	Curros (Montalegre)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 247 r.º.
Lisboa, 28 de Dezembro de 1288	Lavradas (Montalegre)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 245 v.º.
Vila Viçosa, 13 de Dezembro de 1289	Lapela (termo do Barroso)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 267 r.º e v.º.
Lisboa, 19 de Outubro de 1290	Sudrós (Terra do Barroso)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 278 r.º.

Quadro 3: Concelho de Chaves

Concelho de Chaves		
Data	Lugar	Fontes
Lisboa, 26 de Agosto de 1321	Chaves	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, f. 87 r. ^o (numeração romana), 91 r. ^o (numeração árabe)

Quadro 4: Concelho de Montalegre

Concelho de Montalegre		
Data	Lugar	Fontes
Santarém, 9 de Abril de 1294	Travassos	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. II, f. 77 r. ^o
Lisboa, 28 de Dezembro de 1288	S. Mamede (Cambezes do Rio)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 246 v. ^o
Lisboa, 27 de Dezembro de 1288	Carvalhais	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 246 r. ^o
Lisboa, 28 de Abril de 1289	Terra do Barroso (Paredes e Corvedo)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 258 r. ^o e v. ^o
Montalegre, 22 de Novembro de 1309	Carta dos povoadores de Montalegre (Terra do Barroso)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, 71 r. ^o e v. ^o
Lisboa, 20 de Setembro de 1310	Gralhas (termo de Montalegre)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, 52 v. ^o (numeração romana), 57 v. ^o (numeração árabe)

Quadro 5: Concelho de Murça

Concelho de Murça		
Data	Lugar	Fontes
Lisboa, 18 de Abril de 1304	Murça	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 31 v. ^o e 32 r. ^o

Quadro 6: Concelho de Ribeira de Pena

Concelho de Ribeira de Pena		
Data	Lugar	Fontes
Coimbra, 10 de Março de 1297	Bomsiso (Aguiar de Pena)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. II, fl. 132 r. ^o e v. ^o
Coimbra, 13 de Março de 1297	Lavandeira	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. II, fl. 132 v. ^o
Guimarães, 18 de Julho de 1308	Canedo	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, fl. 64 r. ^o v. ^o

Quadro 7: Concelho de Valpaços

Concelho de Valpaços		
Data	Lugar	Fontes
Lisboa, 1 de Abril de 1284	Nozelos	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, fl. 95 r. ^o
Lisboa, 16 de Agosto de 1301	Vila Boa de Montenegro	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 16 r. ^o
Salvaterra, 5 de Março de 1302	Montenegro reintegrado no Termo de Chaves	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 18 r. ^o e v. ^o
Estremoz, 20 de Março de 1303	Montenegro	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 22 v. ^o e 23 r. ^o
Guarda, 21 de Julho de 1304	Montenegro reintegrado no Termo de Chaves	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 33 r. ^o

Quadro 8: Concelho de Vila Pouca de Aguiar

Concelho de Vila Pouca de Aguiar		
Data	Lugar	Fontes
Lisboa, 2 de Abril de 1283	Herdamento em Soutelo	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 68 r. ^o e v. ^o
Coimbra, 2 de Dezembro de 1286	Herdamento de Calvos	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 184 v. ^o
Coimbra, 3 de Dezembro de 1286	Herdamento da Gralheira	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 184 v. ^o e 185 r. ^o
Coimbra, 3 de Dezembro de 1286	Herdamento de Vila do Conde	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 185 r. ^o e v. ^o
Coimbra, 1 de Dezembro de 1286	Ovelha	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 185 v. ^o

Coimbra, 3 de Dezembro de 1286	Herdamento de Freixeda	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 185 v.º e 186 r.º
Coimbra, 2 de Dezembro de 1286	Herdamento de Soutelinho	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 186 r.º e v.º
Porto, 26 de Junho de 1288	Tinhela	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 232 v.º
Lisboa, 8 de Outubro de 1290	Valoura	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 277 v.º
Lisboa, 20 de Março de 1304	Doação da terra Jales	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, 30 v.º
Trancoso, 21 de Junho de 1304	Jales	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, 22 r.º e v.º

Quadro 9: Concelho de Vila Real

Concelho de Vila Real		
Data	Lugar	Fontes
Trancoso, 16 de Novembro de 1281	Vila Seca, Canedo, Covelinhas, Ermida do Corgo	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 50 v.º
Coimbra, 1 de Outubro de 1286	Sanguinhedo	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 184 r.º e v.º.
Lisboa, 4 de Janeiro de 1289	Vila Real	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 247 v.º, 248 r.º e v.º.
Lisboa, 24 de Fevereiro de 1293	Vila Real	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. II, f. 53 v.º-55 r.º

2.2 Documentação foraleira outorgada no período dionisino (Bragança)

D. Dinis prestou especial atenção ao Nordeste Transmontano, concedendo inúmeros aforamentos e forais aos lugares dos actuais concelhos do distrito de Bragança.

2.2.1 Actual distrito de Bragança

Quadro 1: Concelho de Alfândega da Fé

Concelho de Alfândega da Fé		
Data	Lugar	Fontes
Lisboa, 8 de Maio de 1294	Alfândega da Fé	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. II, f. 78 v.º e 79 r.º (numeração árabe).
Lisboa, 15 de Fevereiro de 1309	(Sambade) Alfândega da Fé	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 68 r.º-v.º (numeração romana)

Quadro 2: Concelho de Bragança

Concelho de Bragança		
Data	Lugar	Fontes
Lisboa, 26 de Maio de 1285	Rebordãos, Mós, veiga de Tourões	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 132 (desaparecido). NA, 316, f. 82. Editado por Francisco Manuel Alves, t. III, documento n.º 145, p. 300-302.
Lisboa, 13 de Setembro de 1285	Valverde	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 146 v.º e 147 r.º
Tomar, 9 de Dezembro de 1286	Vila Franca	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 187 r.º e v.º.
Lisboa, 14 de Abril de 1289	Frieira	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 255 v.º e 256 r.º.
Lisboa, 20 de Junho de 1289	Gostei e Castanheira	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 261 r.º.
Sourém, 7 de Dezembro de 1290	Outeiro de Muías	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 281 v.º e 282 r.º.
Jermelos, 27 de Abril de 1292	Herdamento de Vale de Cadelas aos homens de Mós (termo de Rebordãos)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. II, f. 26 r.º.
Portalegre, 9 de Maio de 1300	Sanceriz	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 10 r.º e v.º

Lisboa, 7 de Agosto de 1301	Moradores de Zoio (quinhão vilar de Refoios)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, f. 16 r.º (numeração romana), 21 r.º (numeração árabe)
Guarda, 12 de Abril de 1308	Vale de Nogueira	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, f. 42 v.º (numeração romana), 47 v.º (numeração árabe)
Guarda, 12 de Abril de 1308	Arrufe	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, f. 42 r.º e v.º (numeração romana) 47 r.º e v.º (numeração árabe)
Guarda, 12 de Abril de 1308	Vidoedo (terra de Bragança)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, f. 42 v.º e 43 r.º (numeração romana) 47 v.º e 48 r.º (numeração árabe)
Guarda, 12 de Abril de 1308	Vilar de Pombares (terra de Bragança)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, f. 43 r.º (numeração romana) 48 r.º (numeração árabe)
Santarém, 1 de Abril de 1319 ¹⁸	Doação ao Mosteiro de Castro de Avelãs das aldeias de Vila Franca, Viduedo, Vale de Prados, Arrufe, Ervedosa, Sesulfe.	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 124 r.º e v.º.

Quadro 3: Concelho de Carrazeda de Ansiães

Concelho de Carrazeda de Ansiães		
Data	Lugar	Fontes
Guarda, 22 de Julho de 1287	Vilarinho da Castanheira	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 204 v.º-205 v.º
Portalegre, 19 de Dezembro de 1299	Vilarinho da Castanheira	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 8 r.º

¹⁸ Incluí este documento no concelho de Bragança, porque três aldeias pertencem a este concelho (Vila Franca, Viduedo, Arrufe), duas ao concelho de Macedo de Cavaleiros (Vale de Prados e Sesulfe) e uma ao concelho de Vinhais (Ervedosa).

Quadro 4: Concelho de Freixo de Espada à Cinta

Concelho de Freixo de Espada à Cinta		
Data	Lugar	Fontes
Lisboa, 26 de Abril de 1286	Lagoaça	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 166 r.º

Quadro 5: Concelho de Macedo de Cavaleiros

Concelho de Macedo de Cavaleiros		
Data	Lugar	Fontes
Guarda, 9 de Agosto de 1287	Vale de Prados	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 206 v.º, 207 r.º e v.º
Bragança, 15 de Março de 1302	Sesulfe	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, f. 23 v.º (numeração árabe)

Quadro 6: Concelho de Miranda do Douro

Concelho de Miranda do Douro		
Data	Lugar	Fontes
Santarém, 18 de Dezembro de 1286	Miranda do Douro	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 189 r.º e v.º
Miranda, 27 de Setembro de 1297	Miranda do Douro (carta de mercê)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 1 r.º e v.º

Quadro 7: Concelho de Mirandela

Concelho de Mirandela		
Data	Lugar	Fontes
Guarda, 2 de Setembro de 1282	Mudança da vila de Mirandela para cabeça de S. Miguel	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 54 r.º e v.º
Lisboa, 25 de Abril de 1287	Torre de D. Chama	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 198 r.º e v.º
Lisboa, 31 de Julho de 1293	Torre de D. Chama (extinção do concelho de Torre Dona Chama)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. II, f. 64 r.º e v.º, 65 r.º.

Santarém, 25 de Março de 1299	Torre Dona Chama	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, f. 8 r.º (numeração romana), 13 r.º (numeração árabe)
Lisboa, 5 de Julho de 1303	Carta de sentença entre o concelho de Torre D. Chama e o concelho de Mirandela	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 23 r.º e v.º, 24 r.º e v.º.
Lisboa, 22 de Junho de 1289	Vale de Telhas	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, 261 v.º
Coimbra, 7 de Março de 1291	Mirandela	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. II, 8 r.º.
Lisboa, 10 de Fevereiro de 1296	Vila do Conde	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. II, 119 v.º.
Santarém, 25 de Março de 1299	Cabeça do Conde	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, f. 8 r.º (numeração romana), 13 r.º (numeração árabe)

Quadro 8: Concelho de Mogadouro

Concelho de Mogadouro		
Data	Lugar	Fontes
Évora, 3 de Dezembro de 1305	Castro Vicente	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 47 r.º e v.º
Lisboa, 27 de Junho de 1315	Bemposta	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 95 v.º e 96 r.º e v.º.
Lisboa, 25 de Maio de 1321	Bemposta	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 137 r.º (numeração romana), 138 r.º (numeração árabe).

Quadro 9: Concelho de Torre de Moncorvo

Concelho de Torre de Moncorvo		
Data	Lugar	Fontes
Portalegre, 2 de Julho de 1299	juízes e concelho de Torre de Moncorvo	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 7 v.º
Coimbra, 30 de Dezembro de 1301	Torre de Moncorvo	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 14 v.º e 15 r.º

Quadro 10: Concelho de Vila Flor

Concelho de Vila Flor		
Data	Lugar	Fontes
Lisboa, 24 de Maio de 1286	Além Sabor / Vila Flor	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 166 v.º - 169 r.º

Quadro 11: Concelho de Vimioso

Concelho de Vimioso		
Data	Lugar	Fontes
Leça, 4 de Julho de 1288	Satulhão	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 234 v.º
Leça, 4 de Julho de 1288	Pinelo	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 234 v.º e 235 r.º
Leça, 4 de Julho de 1288	Argoselo	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 235 r.º
Guimarães, 11 de Julho de 1288	Pinelo, Argoselo, Satulhão - aldeias restituídas à coroa pelo Mosteiro de Castro de Avelãs	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 236 v.º-237 v.º

Quadro 12: Concelho de Vinhais

Concelho de Vinhais		
Data	Lugar	Fontes
Santo Tirso, 5 de Julho de 1288	Agrochão (termo de Nozelos)	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 234 r.º.
Santo Tirso, 5 de Julho de 1288	Ervedosa	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. I, f. 234 r.º e v.º
Lisboa, 9 de Setembro de 1310	Vila de Paço	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. III, f. 73 v.º e 74 r.º

Lisboa, 1 de Fevereiro de 1311	Lomba	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, f. 52 v.º (numeração romana), 57 v.º (numeração árabe)
Lisboa, 22 de Agosto de 1324	Lomba	I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L. IV, f. 97 v.º e 98 r.º (numeração romana), 101 v.º e 102 r.º (numeração árabe)

Para as localidades geograficamente inseridas no actual distrito de Vila Real, foram inventariados 42 documentos foraleiros, para as pertencentes ao actual distrito de Bragança 47. O total da documentação seleccionada para a constituição dos *corpora* não coincide com o total apresentado por Rosa Marreiros, pelas razões atrás apontadas, ou seja, por um lado, não considere os aforamentos individuais e, por outro, incluí algumas cartas de sentença importantes na formação de alguns concelhos.

3. Primeira etapa de um longo caminho

O primeiro passo para a elaboração do dicionário histórico da documentação foraleira de Trás-os-Montes está dado. Porém, a recolha e a seriação da documentação foraleira dionisina dada à região de Trás-os-Montes é o passo menor de uma longa caminhada... Pois, apenas para o estudo do *corpus* da documentação foraleira dionisina será necessária a realização da edição parapaleográfica, do tratamento estatístico-lexical e, por fim, da selecção dos materiais lexicais a incluir nos artigos do dicionário.

A metodologia empregada para o estudo da documentação dionisina terá de ser, posteriormente, aplicada à restante documentação foraleira medieval dada à região de Trás-os-Montes.

Referências Bibliográficas

CAMLONG, André - **Stablex Pratique: indexation des textes, traitement statistique des lexiques, extraction des séquences, création des dictionnaires. Les huit contes de Ch. Perrault.** Toulouse. Teknea, 1991.

- COSTA, Avelino de Jesus da — A Chancelaria Real Portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438. Revista da Faculdade de Letras História. Porto: Universidade do Porto. II Série. Vol. XIII. (1996) 71-101.
- MARQUES, José - O povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII. In Revista Estudos Transmontanos. Vila Real : Arquivo Distrital de Vila Real. 1(1983) 105-130.
- Os Municípios Portugueses dos Primórdios da Nacionalidade ao Fim do Reinado de D. Dinis. Alguns Aspectos. In Revista da Faculdade de Letras. História. Porto: Faculdade de Letras. II Série. Vol. X (1993) 69-90.
- MARREIROS, Maria Rosa F. - Propriedade Fundiária e Rendas da Coroa no Reinado de D. Dinis. Coimbra: Faculdade de Letras, 1990. 2 Vols.
- REIS, António Matos - **Origens dos Municípios Portugueses**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- SANTANA, Maria Olinda Rodrigues - **Liuro dos Foraes Nouis da Comarqua de Trallos Montes**: edição, enquadramento histórico e análise estatístico-lexical. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1998 (mm.). 4 vols. Provas de Doutoramento Europeu em Linguística Portuguesa (UTAD-Toulouse-Le-Mirail).
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e - **O Português Arcaico Fonologia**. S. Paulo/ Bahia: Contexto/ Editora Universidade Federal da Bahia, 1991.